

DO CAFÉ À SOJA: A REPRODUÇÃO BRASILEIRA DA ESTRUTURA AGRÁRIA ARTICULADA A PARTIR DE FLORESTAN FERNANDES

FROM COFFEE TO SOY: THE BRAZILIAN REPRODUCTION OF THE AGRICULTURAL STRUCTURE ARTICULATED FROM FLORESTAN FERNANDES

Vanessa de Castro Rosa *

SUMÁRIO: Introdução. 1 A revolução burguesa e a dupla articulação. 2 A estrutura agrária brasileira e o agronegócio. Conclusão. Referências.

RESUMO: Este artigo almeja estudar as origens do agronegócio brasileiro e sua reprodução na estrutura agrária e social, a partir do conceito de dupla articulação, proposto pelo sociólogo Florestan Fernandes na obra *A Revolução Burguesa no Brasil*, publicada em 1974, como forma de compreender a dinâmica capitalista no campo, sua reprodução dentro do capitalismo depende e sua relação com a industrialização e com a burguesia brasileira. Pautando-se em uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica e com marco teórico fixado em Florestan Fernandes, busca-se verificar a aplicabilidade do conceito de dupla articulação ao modelo de agronegócio brasileiro, o qual após sua industrialização, aparenta o mesmo comportamento da indústria nacional conforme descrição apresentada por Florestan Fernandes na referida obra. O presente artigo se justifica pela necessidade de compreender a formação e desenvolvimento do capitalismo brasileiro, o qual impõe pela dupla articulação um modelo limitado de desenvolvimento industrial e agropecuário, voltado a atender as necessidades do mercado externo e a ele sujeito, de modo que esta limitação, da mesma forma que impede o desenvolvimento de uma Revolução Burguesa tal como a francesa, também impõe um modelo agropecuário que ignora as necessidades do próprio povo. Ao final conclui-se pela similaridade dos efeitos da industrialização urbana e rural, diante da aplicabilidade do conceito de dupla articulação ao processo desenvolvimento do capitalismo dependente no campo, o qual também reforça a limitação do desenvolvimento agrário.

Palavras-chave: Agronegócio. Dupla articulação. Capitalismo Dependente.

ABSTRACT: *This article aims to study the origins of the Brazilian agribusiness and its reproduction in the agrarian and social structure, from the concept of double articulation proposed by sociologist Florestan Fernandes in the work "A Revolução Burguesa no Brasil", published in 1974 as a way to understand the dynamics of capitalist in the field, its reproduction within capitalism depends and its relationship with industrialization and the Brazilian bourgeoisie. And are based on a qualitative research literature review and theoretical framework set in Florestan Fernandes, seeks to verify the applicability of the concept of double articulation to brazilian agribusiness model, which after its industrialization, appears the same behavior of the domestic industry as description by Florestan Fernandes in that work. This article is justified by the need to understand the formation and development of brazilian capitalism, which imposes the double articulation a limited model of industrial and agricultural development, designed to meet the needs of the foreign market and it subject, so this limitation in the same way that prevents the development of a bourgeois revolution*

* Doutoranda em Direito Político e Econômico no Mackenzie, Mestre em Direitos Humanos Fundamentais na Unifesp, Especialista em Direito Ambiental, Especialista em Direito Processual Civil e Especialista em Direito Processual Penal. Bacharela em Filosofia, Bacharela em Direito (UNESP).

Artigo recebido em 16/09/2019 e aceito em 25/09/2019.

Como citar: ROSA, Vanessa de Castro. Do café à soja: a reprodução brasileira da estrutura agrária articulada a partir de Florestan Fernandes. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, Franca, ano 21, n. 34, p. 213-226. jan/jun. 2017. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/issue/archive>.

like the French, also imposes an agricultural model that ignores the needs of the people themselves. At the end it was concluded by the similarity of the effects of urban and rural industrialization, on the applicability of the concept of double articulation to the development process of dependent capitalism in the field, which also reinforces the limitation of agricultural development.

Keywords: *Agribusiness. Double articulation. Dependent Capitalism.*

INTRODUÇÃO

De acordo com dados do IBGE, em 2015, enquanto o Produto Interno Bruto brasileiro retraiu 3,8%, com quedas em setores como indústria e serviços, respectivamente, de 6,2% e 2,7%, o agronegócio (agricultura, pecuário e insumos) teve um crescimento de 1,8%. Estes dados, referentes a um ano marcado por crise política e econômica no país, são sintomáticos e revelam o poder do agronegócio brasileiro.

A história econômica brasileira frequentemente é apresentada através de ciclos econômicos que vão desde a extração do pau-brasil até a revolução verde, na década de 1970, com o início da escalada do agronegócio, possuindo algumas características que desde seu início ainda hoje se fazem presentes no contexto social, político e econômico do país.

Estas características que permeiam os ciclos econômicos brasileiros podem ser compreendidas através do que o sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995) conceituou como dupla articulação da economia brasileira dentro do quadro do capitalismo dependente.

Embora Florestan Fernandes pautasse sua análise sobre a industrialização brasileira dentro do capitalismo dependente, ele bem destaca a ligação entre a elite oligárquica agrária e a novel burguesia, que não rompe com a dependência capitalista, nem com a aliança à elite agrária arcaica.

Durante o período colonial, não se chegou a constituir uma economia propriamente dita, tendo em vista que o sistema de produção foi organizado e direcionado para a exportação de produtos primários – pau-brasil, cana-de-açúcar, minérios e algodão – para a metrópole, pouco importando os anseios da população local, a qual figurava como “elemento propulsor destinado a manter o sistema em funcionamento” (PRADO JÚNIOR, 1970, p. 72).

A vinda da família real para o país, o fim da escravidão, a imigração, a independência e o fim do império colocam o Brasil efetivamente no sistema capitalista, com a lavoura cafeeira, abrindo-se espaço para o

desenvolvimento da burguesia e sua revolução moldada pelo capitalismo dependente, na visão de Florestan Fernandes.

Assim, a partir de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, cujo referencial teórico concentra-se no pensamento de Florestan Fernandes, especialmente na obra *A revolução burguesa no Brasil*, estuda-se a formação e reprodução da elite agrária brasileira, com base no conceito de dupla articulação, a fim de compreender o funcionamento do agronegócio e sua reprodução estrutural duplamente articulada, que mantém o país num capitalismo dependente, voltado para a exportação de *commodities*.

1 A REVOLUÇÃO BURGUESA E A DUPLA ARTICULAÇÃO

Em sua obra *A Revolução Burguesa*, Florestan Fernandes avalia o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e o surgimento da burguesia no país, diante da história de colonização e exploração que destoa da típica revolução burguesa liberal do velho mundo.

O livro encerra o ciclo de interpretações gerais do país (MUSSE, 2014, não paginado), expondo a origem da burguesia brasileira e seu comportamento como classe econômica e social diante da nova realidade econômica inaugurada pelo ciclo do café.

Compreender a revolução burguesa brasileira permite entender o tipo de capitalismo adotado e as bases de desenvolvimento industrial e da estrutura agrária desenvolvida no país, que se reproduzem até os tempos presentes.

A revolução burguesa brasileira não teve os mesmos ideais emancipatórios da Revolução Francesa ou Inglesa, isto porque, aqui, os agentes burgueses organizavam-se mais como estamento do que como classe, dentro da sociedade escravista, pautada no latifúndio monocultor, situação que só seria rompida com o surgimento do imigrante e do fazendeiro do café na fronteira agrícola (MUSSE, 2014, não paginado).

Neste sentido, Florestan Fernandes destaca que “a burguesia nunca é sempre a mesma, através da história” (1981, p. 220), ela se forma de acordo com o contexto socioeconômico vigente, ou seja, de acordo com as condições estruturais.

Destarte, a burguesia brasileira se moldou a partir da lógica do capitalismo competitivo, que vigia entre as nações centrais, aliando a economia de exportação (de origens coloniais e neocoloniais) com a

expansão do mercado interno e da produção industrial para esse mercado (FERNANDES, 1981, p. 220).

É a lógica do capitalismo competitivo entre as nações centrais e a imposição deste modelo na ex-colônia pela metrópole e pelas nações centrais capitalistas que formam o espírito burguês brasileiro, subserviente à lógica da dependência e da exploração.

De acordo com Jessé Souza, Florestan Fernandes foi o pensador brasileiro quem mais avançou na tentativa de superação daquilo que Jessé Souza chama de tradição culturalista e economicista, pois em sua análise do capitalismo brasileiro ele parte do padrão de civilização dominante que se forma a partir da transformação estrutural das formas econômicas, sociais e políticas, compreendendo a diferença do processo de formação da burguesia brasileira (SOUSA, 2015, p. 121, 123).

Neste sentido, explica Jessé Souza:

[...] O “burguês”, entre nós – diz ele [Florestan Fernandes] – já surge como uma “realidade especializada”, já na nossa visão não aparece como uma criação espiritual cuja prática inintencional o transforma em agente econômico, como na Europa. Não surge enfim como produtor de toda uma visão de mundo revolucionária da vida social em todas as dimensões, também como na Europa, mas como um produto circunscritamente econômico, que, desde o começo, se constitui como resposta a estímulos econômicos concretos, sem que ocorra, pelo menos a curto e médio prazo, uma abstração dessa circunstância para o contexto social maior. (2015, p. 123)

Neste sentido, a burguesia brasileira assume um nítido caráter autocrático e opressivo de dominação, sendo incapaz de se impor de dentro para fora e muito menos de adotar os ideais nacional-democráticos da Revolução burguesa do velho mundo (FERNANDES, 1981, p. 220).

A exploração econômica da lavoura cafeeira, com o término da escravatura, trouxe a mão-de-obra imigrante e a formação de uma nova classe social de trabalhadores recém-libertos, assalariados e vulneráveis, fornecendo as bases para a industrialização do país e a gênese da burguesia dominante, a partir dos comerciantes-imigrantes e senhores de fazenda.

Esta industrialização, na visão de Florestan Fernandes, ocorreu de modo duplamente articulado, de forma que, no plano interno, o setor agrário continuasse arcaico e, no plano externo, vinculada a

economias hegemônicas, corroborando o modelo agrário-exportador (FERNANDES, 1981, p. 242).

A dupla articulação impôs uma conciliação e harmonização de interesses distintos tanto internamente quanto externamente, atendendo aos interesses do capitalismo competitivo mundial, de forma que para se industrializar, o Brasil recebeu apoio financeiro para criar infraestrutura interna, conectando as cidades e promovendo a urbanização, a fim de atender as demandas do mercado externo.

No setor empresarial (mercado e sistema de produção) não surgiu nenhum grupo que combatesse esta dupla articulação, todos os agentes econômicos queriam se beneficiar com as vantagens da economia competitiva articulada, sendo que esta articulação percorre a história brasileira de forma inquestionada, permitindo considerar como “natural” o setor agrário arcaico e como “única” forma possível de industrialização a dependência externa (FERNANDES, 1981, p. 242).

Destarte, “a revolução burguesa teria conduzido o Brasil, portanto, à transformação capitalista, mas não à esperada revolução nacional e democrática” (MUSSE, 2014, não paginado), pois dentro do capitalismo dependente e sob uma industrialização duplamente articulada ela assume um caráter especial, pois “luta para sua própria sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo” (FERNANDES, 1981, p. 296).

Logo, a burguesia brasileira nasce atrelada a oligarquia agrária, pois o modelo de capitalismo dependente impõe uma industrialização voltada aos anseios do mercado externo (articulação externa) e através de incentivos e estruturação que coopta a oligarquia agrária que mantem-se no modelo latifundiário monocultor também destinado a atender às economias centrais (articulação interna).

Esta dupla articulação constitui o freio ao desenvolvimento industrial e independente do país, além de perpetuar a oligarquia agrária no poder político, a empresa privada escondia a dominação imperialista (FERNANDES, 1981, p. 247) e condicionava os avanços da economia capitalista periférica à dinâmica da economia hegemônica central.

Mesmo após o segundo surto industrial, entre os anos 1930 e 1956, correspondente ao auge do capitalismo competitivo, impulsionado pelo intervencionismo econômico do Estado Novo (1937-1945) com a criação das empresas públicas e de infraestrutura para beneficiar as empresas privadas, as oligarquias agrárias ainda continuam atreladas a burguesia industrial, isto porque

[...] a burguesia industrial brasileira tem origem na oligarquia rural, da acumulação das exportações do café e do açúcar, ao contrário dos processos históricos ocorridos na formação do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos. A segunda razão: o modelo industrial, como era dependente, precisava importar máquinas, e até operários, da Europa e dos Estados Unidos. E a importação dessas máquinas só era possível pela continuidade das exportações agrícolas, que geravam divisas para seu pagamento, fechando o ciclo da lógica da necessidade do capitalismo dependente. (STEDILE, 2012, p. 30).

A “Revolução Burguesa na periferia é, por excelência, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia” (FERNANDES, 1981, p. 294).

Verifica-se, então, o papel conservador da elite burguesa, que através da economia nacional articulada externamente no capitalismo dependente, impede o desenvolvimento autônomo de uma indústria e uma agricultura nacionais, que atenderiam aos interesses do próprio povo.

Esta desconexão da elite burguesa com o povo e com os interesses do próprio país é esclarecida por Alysso Leandro Mascaro da seguinte forma:

[...] o Brasil somando, desde 1500 até hoje, a história da superexploração. Daí se explica por que a elite não se sente de modo nenhum ligada ao povo, nem sequer institucionalmente. As classes dominantes brasileiras se sentem ligadas ao exterior. Quem compra os grandes produtos agrominerais do Brasil é o exterior, e não o povo. As elites do Brasil não precisam agradar a seu povo, precisam agradar ao exterior um bom governante do Brasil pode matar o povo de fome, e as classes dominantes não se importarão com isso. [...] Trata-se da forma tradicional de estabelecimento das instituições jurídicas nos países de capitalismo periférico. (2009, p. 178)

Logo, a Revolução Burguesa na periferia não se apresenta como libertária, mas sim conservadora e compromissada apenas com os próprios interesses político e econômico que são financiados pelo capital externo, em detrimento de um projeto de desenvolvimento autêntico e nacional.

2 A ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA E O AGRONEGÓCIO

De acordo com Octávio Ianni, a história política do trabalhador agrícola brasileiro pode ser dividida em três períodos principais: no

primeiro, predomina o escravo; no segundo, o lavrador; e no terceiro, o proletário (STEDILE, 2012, p. 127).

Atualmente, pode-se dizer que, no Brasil, coexistem os três tipos de organização do trabalho rural: o escravo, o lavrador ou colono e o proletário.

Diferentemente do que previra Lênin e Kautsky o campesinato não se extinguiu com o avanço do capitalismo sobre o campo, sendo que a cooperação e associação entre camponeses, nos termos previstos por Chayanov, se apresentou como possibilidade de sobrevivência no campo (ALVES, FERREIRA, 2009, p. 155), comprimidos cada vez mais pelo avanço do latifúndio monocultor de soja e cana.

A transformação do lavrador ou camponês (pequeno produtor proprietário da terra) em proletário decorre da industrialização da agricultura, ou seja, o desenvolvimento do capitalismo no campo, o qual transforma a natureza em fábrica e o agricultor em proletário, sem terra e sem produção, dependente de salário.

Neste sentido, José Graziano da Silva esclarece

Quer dizer, o sentido das transformações capitalistas é elevar a produtividade do trabalho. Isso significa fazer cada pessoa ocupada no setor agrícola produzir mais, o que só se consegue aumentando a jornada e o ritmo de trabalho das pessoas, e intensificando a produção agropecuária. E para conseguir isso o sistema capitalista lança mão dos produtos da sua indústria: adubos, máquinas, defensivos, etc. Ou seja, o desenvolvimento das relações de produção capitalistas no campo se faz “industrializando” a própria agricultura. Essa industrialização da agricultura é exatamente o que se chama comumente de penetração ou “desenvolvimento do capitalismo no campo”. O importante de se entender é que é dessa maneira que as barreiras impostas pela Natureza à produção agropecuária vão sendo gradativamente superadas. Como se o sistema capitalista passasse a fabricar a natureza que fosse adequada à produção de maiores lucros. (1981, p. 6)

A pressão e ferocidade do capitalismo no campo, fez com que a agricultura deixasse de representar a produção de alimentos para se tornar mais um ramo dos negócios e transações comerciais, chamado agronegócio, em que os alimentos se tornam mercadorias, representativas de commodities.

Além de sua função essencial de produção de alimentos para nutrir a população, a visão negocial da agricultura, nela identifica várias outras funções, tais como, fornecer capital para a expansão do setor não agrícola, mão de obra para o crescimento e diversificação de atividades na

economia, divisas para a compra de insumos e bens de capitais necessários ao desenvolvimento de atividades econômicas e constituir um mercado consumidor para os produtos do setor não agrícola (BACHA, 2004, p. 29-30).

Percebe-se que o agronegócio ampliou o campo negocial em torno da agricultura, inclusive aproximando-a do setor industrial ao exigir maquinário necessário para o desempenho de sua atividade, insumos químicos e até na própria industrialização e processamento de alimentos.

Houve uma expansão das atividades agrícolas e não agrícolas e do mercado consumidor de tais bens, entretanto, como visto anteriormente, esta expansão de atividades não agrícolas beneficiou e beneficia mais as multinacionais do que as indústrias nacionais.

Este processo de industrialização do campo ganhou força com a chamada “Revolução Verde”, desenvolvida, de forma geral, após a Segunda Guerra Mundial e no Brasil, a partir da década de 1960 e 1970, com apoio dos governos militares. Ela representou a chamada “modernização conservadora”, com a mecanização do campo, buscando aumento da produtividade, sob o discurso de combater a fome no mundo e no Brasil, mas sem enfrentar a questão fundiária, gerando êxodo rural e inchaço das periferias das cidades.

Esta “revolução” acirrou o caráter de dependência do capitalismo brasileiro, tendo em vista que a escolha do que produzir é feita para atender o mercado externo, estando a ele condicionado pelo preço, compra de insumos agroquímicos e até as próprias sementes transgênicas patenteadas.

Neste sentido,

O processo de modernização da agropecuária, que se evidencia após a Segunda Guerra Mundial e que se acelerou a partir de 1965, implicou a criação, pela agropecuária, de mercado consumidor para bens de capitais, como os equipamentos (tratores, colheitadeiras, arados, por exemplo) e insumos (fertilizantes, defensivos e medicamentos veterinários, por exemplo). Parte significativa dessa produção foi atendida pela indústria nacional (BACHA, 2004, p. 212).

Assim, o capitalismo dependente e a articulação externa da economia nacional destroem a tanto a indústria, quanto a agricultura nacionais e impõem um quadro de exploração à própria população e aos recursos naturais.

Enquanto na agricultura, expande-se o latifúndio monocultor de soja, cana-de-açúcar com dependência de insumos estrangeiros, especialmente, agroquímicos, tais como fertilizantes, agrotóxicos e

sementes transgênicas patenteadas; a indústria nacional não tem condições de se impor no mercado e as estatais foram privatizadas e entregues ao capital estrangeiro, diante da falta de identificação das elites burguesas com o próprio território e a convivência com a fase monopolista do capitalismo.

Assim, é possível entender a criação da Petrobrás Fertilizante (PETROFÉRTIL), na década de 1950, para assumir a produção de agroquímicos, dando base para a agricultura nacional, no primeiro ciclo da “Revolução Verde” financiada pelo Golpe de 1964, bem como sua privatização e desmanche na década de 1990, cujas empresas foram desmembradas e compradas pelo grupo BUNGE, hoje, um dos maiores controladores do mercado mundial de fertilizantes (CÂMARA TEMÁTICA DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS, 2010, p. 2, 6).

Assim, verifica-se a atualidade do pensamento de Florestan Fernandes, ao afirmar que “no momento em que o capitalismo competitivo atinge o apogeu, portanto, ele iria sofrer um forte solapamento não a partir de dentro da economia brasileira, mas a partir de fora” (FERNANDES, 1981, p. 247), que se dá pelo advento da fase monopolista e o domínio das corporações.

Atualmente, está em curso o segundo ciclo da “Revolução Verde” com a fase monopolista do capitalismo, a dominação das multinacionais pelos campos dos países subdesenvolvidos e emergentes, controlando a produção e comércio das sementes, controla todo o sistema alimentar e conseqüentemente todo o sistema político (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 59).

Além do controle político através da empresa, tal como Florestan Fernandes denunciou a empresa de cunho imperialista, o agronegócio gera uma agricultura sem agricultor, pois a dominação das multinacionais nos campos afasta o produtor e o agricultor do comando do próprio negócio e da gestão da própria terra (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 121), o que reafirma a mentalidade do antigo senhor de engenho, proprietário de latifúndios.

Corroborar tal quadro, a adoção inquestionável da soja transgênica da Monsanto e seu respectivo agrotóxico Roundup Ready nos campos brasileiros, em detrimento da soja convencional (não transgênica), sendo que estudos das universidades norte-americanas já demonstraram em suas pesquisas científicas que a soja convencional possui produtividade superior à transgênica (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 115).

Contudo, o cultivo exploratório da soja Roundup Ready, no Brasil, trouxe investimentos externos, especialmente chineses, que possibilitaram a construção de oito hidrovias, três linhas ferroviárias e uma extensa rede de rodovias para escoamento da produção e insumos (ALTIERI, 2012, p. 45), tal como a início da industrialização brasileira, agora, a “burguesia agrária” se molda a partir da dependência do capital e do mercado externo, criando no campo uma empresa agrícola estrangeira imperialista.

Nesta esteira, a análise de Florestan Fernandes no contexto da economia cafeeira, pode ser transplantada para a cultura de soja transgênica, ficando claro que a “burguesia nacional converte-se, estruturalmente, numa burguesia pró-imperialista, [...] quer no plano dos negócios, quer no plano propriamente político e diplomático” (FERNANDES, 1981, p. 305).

Tais fatos podem ser observados na dependência da agricultura nacional de agroquímicos e sementes transgênicas estrangeiras, e, na adoção de flex crops, isto é, colheitas com destinos múltiplos, transformadas em commodities e comercializadas segundo a tendência e crise do mercado (THE TRANSNATIONAL INSTITUTE, não paginado), por exemplo, soja para ração animal, milho para produção de etanol e não para alimentação humana.

Percebe-se que a adoção de flex crops indica que o agronegócio não produz alimentos e sim commodities, e o faz de modo a atender exclusivamente os interesses das multinacionais agroquímicas, em detrimento de um projeto independente de desenvolvimento nacional que abranja indústria e agricultura, como forma de garantir a soberania alimentar do país.

Desta forma, o modelo de agronegócio atua segundo uma lógica extrativa, cujo “esquema produção interna para exportação equivalia a um regime de feitoria ampliado, organizado e mantido a expensas do parceiro mais fraco” (FERNANDES, 1981, p. 243), além de configurar um modelo altamente conflitivo, que se choca com atividades agrárias e com a própria existência de comunidades tradicionais, dos camponeses, trabalhadores sem terras e tribos indígenas.

Ademais, o atual modelo de agronegócio articulado ao capital externo, descompromissado com as questões locais de acesso a terra, produção de alimentos saudáveis e justiça social no campo, afunda o país na dependência externa, enquanto se opera a espoliação dos recursos naturais, especialmente água e solo, além de contaminá-los com agrotóxicos e colocando em risco a agrobiodiversidade pelo uso de sementes transgênicas.

Ao lado da depleção dos recursos naturais, que configura grave dano ambiental intergeracional, também acarreta perdas financeiras, pois mercados consumidores que estão preocupados com a segurança alimentar de sua população, tais como países da Europa e leste asiático, não têm interesse em comprar produtos contaminados com agrotóxicos, os quais, muitas vezes já foram banidos destes territórios.

Também perde o governo em arrecadação de impostos nacionais, em geração de empregos e na construção de uma indústria nacional autônoma, à medida que deixa de investir em pesquisa agrícola e agroquímica nacional, ficando dependente da tecnologia externa.

Diante da fragilização dos Estados, a peça publicitária da corporação agroquímica Syngenta, veiculada em 2003, que batizava o cone sul-americano (Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai) de “República Unida da Soja” deixa de ser uma sátira para se tornar a verdade desmascarada sem pudor e sem quaisquer remorso ou indignação, diante de mais de 46 milhões de hectares de monoculturas de soja transgênica, regadas com 600 milhões de litros de glifosato (FRAYSSINET, 2015, não paginado).

CONCLUSÃO

Em 1974, Florestan Fernandes publicou *A Revolução Burguesa no Brasil* descrevendo a formação do capitalismo no Brasil e das classes sociais, revelando a conexão direta entre ambos. Do capitalismo dependente, nasce uma economia periférica, duplamente articulada, ou seja, dependente do mercado externo e internamente sustentada por uma burguesia autocrática, arcaica, conservadora e pró-imperialista.

A construção da burguesia nacional com estas características é importante para compreender o seu distanciamento com o povo, seu apego ao financiamento estrangeiro, a livre empresa, ao domínio das economias centrais e a ausência de um projeto de desenvolvimento nacional.

A burguesia nacional não tem os ideais democráticos e libertários da Revolução Francesa. Ela busca defender os próprios interesses, por isto aceita a dupla articulação, já que está lhe é favorável financeiramente, mesmo que não o seja para o país e para o povo.

Assim, como o café favoreceu propiciou a gênese da burguesia brasileira e da industrialização brasileira, a soja (convencional e transgênica) também dá início agronegócio, ou seja, a industrialização do campo.

O agronegócio decorre da entrada do capitalismo no meio rural, de forma que pode ser analisado segundo as fases do desenvolvimento capitalista, tal como a evolução da indústria nacional apresentada por Florestan Fernandes.

A “Revolução Verde”, década de 1960 e 1970, formata a industrialização do campo a partir do capitalismo periférico dependente, voltado a exportação, sob o discurso de combater a fome, expandiram-se as lavouras de cana, soja e pasto, mecanizou-se o campo, sem alterar a estrutura fundiária, processo que recebeu o nome de modernização conservadora, financiada pelo golpe de 1964.

Esta industrialização do campo, obviamente, contou com o apoio da elite agrária, por não promover justiça social no campo. A segunda etapa desta revolução é marcada pelas corporações de sementes transgênicas e seus respectivos agrotóxicos, seguindo a linha do capitalismo monopolista.

O agronegócio atinge elevados patamares de produção transgênica e uso de agrotóxicos, tanto as sementes como os insumos agroquímicos são importados, a indústria nacional PETROFÉRTIL foi desmantelada e privatizada, comprada pelo grupo BUNGE, o que revela a lógica do agronegócio produzir o máximo, com depleção dos recursos naturais, contaminação ambiental por agrotóxicos, perda da agrobiodiversidade, privatização das estatais e enfraquecimento da indústria nacional.

A indústria nacional é solapada por todos os lados. Ela perde o mercado consumidor nacional, perde a produção de insumos agrícolas nacionais, perde o processamento dos alimentos in natura, perde em pesquisa e inovação, perde patentes e royalties.

Consequentemente, o governo perde em arrecadação de impostos, em geração de empregos e, principalmente, perde a chance histórica de se criar um projeto inteligente de desenvolvimento nacional que atenda os interesses nacionais e do povo.

Enquanto o Brasil deixa de ser o país da agricultura produtor de alimentos, para se tornar o país do agronegócio, na condição de quintal das economias centrais, a economia nacional se aprofunda na dependência externa, com apoio de uma burguesia – industrial e agrária – arcaica e muito pouco nacional.

As análises de Florestan Fernandes contribuem significativamente para a compreensão deste quadro – do café a soja – os valores que norteiam a classe dominante do país ainda são os mesmos, o que explica a ausência de um projeto autêntico de desenvolvimento nacional que

desenhe uma indústria e agricultura independentes e comprometidas com as necessidades do povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas pra uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012.

ALVES, F. D.; FERREIRA, E. R. Importância das teorias agrárias para a geografia rural, **Mercator**: Revista de Geografia da UFC, ano 08, n. 16, p. 147-156, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação: Artigo em publicação periódica científica impressa: Apresentação, informação e documentação. Rio de Janeiro, 2003.

BACHA, C. J. C. **Economia e Política Agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

CÂMARA TEMÁTICA DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS. **Setor de Fertilizantes: novo cenário da indústria: matérias primas, mercado consumidor**. Associação Nacional para Difusão de Adubos. 08 fev. 2010. Disponível em: http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_tematicas/Insumos_agropecuarios/45/IndustriaFertilizantes.pdf. Acesso em: 30 out. 2016.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FRAYSSINET, F. Entre pragmatismo e danos colaterais. Terramérica: meio ambiente e desenvolvimento. Inter Press Service. Uruguai, 27 set. 2015. Disponível em: <http://www.ipsnoticias.net/portuguese/2014/05/ultimas-noticias/terramerica-entre-pragmatismo-e-danos-colaterais/>. Acesso em: 30 out. 2016.

MACHADO, L. C. P.; MACHADO FILHO, L. C. P. **A dialética da agroecologia**: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MASCARO, A. L. **Lições de Sociologia do Direito**. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

MUSSE, R. A revolução burguesa no Brasil. **Blog da Boitempo**. 28 mar. 2014. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2014/03/28/a-revolucao-burguesa-no-brasil/>. Acesso em: 28 out. 2016.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970. E-book.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SOUZA, J. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Leya, 2015.

STEDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária no Brasil**: o debate na esquerda: 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

THE TRANSNATIONAL INSTITUTE. **Flex crops**. Agrarian Justice. Disponível em: <https://www.tni.org/en/collection/flex-crops>. Acesso em: 30 out. 2016.